

OS EFEITOS DOS CHOQUES DO PETRÓLEO DE 1973 E 1979 NA ECONOMIA BRASILEIRA

Ricardo Vieira Silva¹, Guilherme Silva Nascimento²

Resumo: No presente artigo, buscamos conhecer os principais efeitos provocados pelos choques do petróleo de 1973 e 1979 na economia brasileira. Desse modo, apresenta como estava a economia brasileira nos anos que antecederam os choques, expõe as políticas implementadas que visavam amenizar os efeitos provocados pelos aumentos dos preços do produto no mercado interno e externo provocados pelos choques e, por fim, evidencia as principais transformações que ocorram no Brasil após cada um dos choques. As informações utilizadas foram obtidas através da pesquisa bibliográfica, fazendo uma revisão da literatura dos livros de economia brasileira mais utilizados no ensino superior. Conclui-se com esse trabalho que, na década de 1970, o maior desafio enfrentado pela economia brasileira foi tentar manter os altos níveis de crescimento ocorridos durante o período do “milagre”, mesmo com níveis muito elevados de inflação. Na década de 1980, esse fato já não foi muito observado, pois, depois que ocorreram os dois choques do petróleo o combate aos elevados índices inflacionários esteve acima da maioria das políticas de crescimento.

Palavras-chave: Choques do petróleo. Economia Brasileira. Efeitos.

1. Introdução

Após o primeiro choque do petróleo, ocorrido em 1973, à economia mundial começou a enfrentar duros efeitos com o aumento significativo do preço internacional desse produto. Vários países começaram a sofrer como uma série de problemas internos e externos, como a deterioração dos termos de troca, o surgimento de déficits comerciais e desequilíbrios na Balança Comercial, os quais foram agravados com o segundo choque que ocorreu em 1979. Devido à forte dependência do mercado internacional, os maiores desafios foram enfrentados pelas nações em fase de desenvolvimento, como o Brasil, que acabou aumentando bruscamente o serviço da dívida para pagar pelo petróleo que não podia deixar de importar (HERMANN, 2011; LACERDA *et al.*, 2010).

2. Objetivo

Portanto, o principal deste trabalho foi conhecer os principais efeitos provocados pelos choques do petróleo de 1973 e 1979 na economia brasileira.

3. Metodologia

O trabalho tem um caráter bibliográfico, tendo em vista que toda sua estrutura textual foi escrita através de uma revisão da literatura acadêmica. Segundo Gil

1 Universidade Regional do Cariri, e-mail: ricardov645@gmail.com

2 Universidade Federal do Cariri, e-mail: guilhermesn424@gmail.com

XXI Semana de Iniciação Científica da URCA

05 a 09 de novembro de 2018
Universidade Regional do Cariri

(2008), a principal vantagem dessa modalidade de pesquisa reside no fato de que, em determinadas situações, ela possibilita ao pesquisador uma melhor cobertura dos fatos e fenômenos do que se a investigação fosse realizada diretamente. O autor ainda acrescenta que em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados, senão fazendo uso de dados secundários.

4. Resultados

Antes do primeiro choque do petróleo, o Brasil apresentava uma economia com certa facilidade para investimentos do mercado externo, um expressivo aumento na renda nacional, um bom aproveitamento da interdependência e, ao mesmo tempo, uma inflação, que apesar de alta, estava de certo modo controlada (MELO, 2008).

Ficou conhecido como “milagre econômico” brasileiro um momento de amplo crescimento do PIB e da produtividade industrial dentre os anos 1968 e 1973. Do mesmo modo que aconteceu em outros países, a economia brasileira foi favorecida com o crescimento do comércio mundial e dos fluxos financeiros internacionais, pois esses fatores favoreciam a ampliação da abertura comercial e financeira em relação ao exterior (LACERDA *et al.*, 2010).

O período de 1968 a 1973 ficou conhecido como os anos do “milagre econômico” por vários motivos: Taxas de crescimento da ordem de 11% ao ano por seis anos consecutivos, acompanhado de queda moderada da inflação e de sensível melhora do Balanço de Pagamentos – BP, que registrou superávits crescentes ao longo do período (HERMANN, 2011). A expressão “milagre” também se justifica pela relação de duas importantes relações macroeconômicas:

- (1) a relação direta entre crescimento e inflação (ou inversa entre desemprego e inflação, no original), retratada na Curva de Phillips; e
- (2) a relação inversa entre crescimento econômico e saldo do BP, retratada em diversos modelos de macroeconomia aberta, que ressaltam o “dilema” da política econômica entre o equilíbrio interno (rumo ao pleno emprego) e externo (HERMANN, 2011, p.62 e 63).

Em 1968, a economia brasileira inaugurou uma fase de grande crescimento que se estende até 1973. Liderado pelo setor de bens de consumo durável e, em menor escala, pelo de bens de capital, o PIB do Brasil cresceu a uma taxa média da ordem de 11% ao ano. A taxa de investimento, que ficou estancada durante o período de 1964-67 em torno de 15% do PIB, subiu para 19% em 1968 e encerrou o período do “milagre” em pouco mais de 20% (HERMANN, 2011).

Durante o período do “milagre” era evidente a predominância da produção de bens duráveis e bens de capital. Uma das características marcantes desse processo foi a presença de capital estrangeiro, na forma de investimentos diretos, principalmente por meio de empréstimos. Esse endividamento contribuiu fortemente para a crise dos anos 1980 (LACERDA *et al.*, 2010).

Após o primeiro choque do petróleo, ocorrido em 1973, a economia mundial foi afetada por uma série de mudanças importantes. Nos países industrializados, os efeitos mais imediatos foram o aumento das taxas de juros e a contração da atividade econômica (no biênio 1974-75). Os países em desenvolvimento

XXI Semana de Iniciação Científica da URCA

05 a 09 de novembro de 2018

Universidade Regional do Cariri

tiveram sua capacidade de importar reduzida com a recessão nos países mais industrializados. O resultado dessa crise foi o surgimento (ou aumento) de déficits comerciais e de desequilíbrios da balança comercial em muitos desses países (HERMANN, 2011).

Entre as possibilidades que se apresentavam o governo do general Geisel, na tentativa de dar continuidade ao grande crescimento econômico da época, escolheu a opção de buscar a superação da dependência externa sob a forma de um ajuste estrutural e, assim, implantou o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento). Finalmente o País entrava na etapa final do processo de substituição de importações. A perspectiva era de que, com o aumento da substituição de importação, o governo poderia remover ou atenuar a restrição externa ao crescimento do PIB (HERMANN, 2011; LACERDA *et al.*, 2010).

Com o II PND, os novos investimentos foram direcionados a pesquisas, prospecção, extração e refinamento de petróleo dentro do próprio País, apostando também em fontes alternativas como o álcool (HERMANN, 2011; LACERDA *et al.*, 2010).

A economia brasileira, no entanto, não apresentaria resultados desejados mesmo diante das grandes metas materializadas no II PND. Além disso, depois do segundo choque a situação se torna ainda mais dramática. Os países industrializados aumentaram imediatamente as suas taxas de juros, a alta inflação interna da década de 1970 passa a aumentar por patamares cada vez mais elevados nos anos de 1980 e o Brasil se torna um dos maiores devedores diante do sistema bancário internacional (HERMANN, 2011; LACERDA *et al.*, 2010).

Em 1979 terminou o mandato de Geisel. O escolhido para assumir o seu lugar na Presidência da República foi o general João Figueiredo, último presidente do regime militar. Figueiredo escolheu para ser Ministro de Planejamento, Mário Henrique Simonsen. Mas ele logo foi substituído por Delfim Netto.

Entre agosto de 1979 e outubro do ano seguinte o Ministro de Planejamento, Delfim Netto, buscou reeditar o “milagre econômico”. Contudo, o advento de mais um choque do petróleo, em meados de 1979, e a rápida elevação das taxas de juros nos países industrializados, transformou o gestor do “milagre” em gestor de uma política econômica profundamente recessiva (LACERDA *et al.*, 2010).

Inicialmente, a política econômica de Netto foi de orientação heterodoxa. Segundo o Ministro, diante dos novos choques externos de 1979, a economia brasileira necessitava de uma correção na taxa de câmbio, que promovesse o redirecionamento da demanda por bens de produção doméstica e, assim, estimular as exportações (HERMANN, 2011; LACERDA *et al.*, 2010).

Para tanto, as medidas de controle monetário foram reforçadas, gerando taxas negativas de crescimento dos meios de pagamentos e do crédito no biênio 1979-80. Também foi determinada uma maxidesvalorização cambial, de 30% nominais, em dezembro de 1979 (LACERDA *et al.*, 2010).

Na área fiscal, as tarifas do setor público foram corrigidas e os gastos públicos controlados. Essas correções, porém, aceleraram a inflação, que saltou da média de 38% ao ano durante o governo Geisel para 93% em 1979-80. Essa aceleração refletiu também em uma mudança no regime de reajuste salarial, que passaram a serem reajustados semestralmente e por faixas (HERMANN, 2011; LACERDA *et al.*, 2010).

XXI Semana de Iniciação Científica da URCA

05 a 09 de novembro de 2018

Universidade Regional do Cariri

Para corrigir os contratos em geral e induzir, embora sem sucesso, as expectativas de queda da inflação, o Governo adotou, em janeiro de 1980, a prefixação da correção monetária em níveis inferiores aos da inflação em curso. Mas, as correções semestrais dos salários, aliadas à prática generalizada da indexação de contratos, que ocorriam no biênio 1979 e 1980, tornaram-se fatores realimentadores do processo inflacionário e da “inflação inercial” (HERMANN, 2011, p.89).

Dessa forma, embora o discurso de ajuste externo implementado no biênio 1979-80 fosse de caráter recessivo, na prática os ajustes de preços relativos acabaram se tornando inócuos. Isso porque o aumento dos níveis de preços corroía rapidamente as correções salariais. Nesses dois anos a inflação de fato acabou sendo substituída por uma combinação de aumento das exportações e “crescimento inercial” dos investimentos públicos e privados que ainda estavam sendo implementados pelo II PND (HERMANN, 2011).

O desequilíbrio externo acabou sendo agravado entre 1978 e 1980, representado por uma perda de quase 50% nas reservas internacionais. A partir de 1981, devido ao insucesso do ajuste feito inicialmente e do agravamento do cenário externo, o governo de Figueiredo resolveu assumir um ajuste explicitamente recessivo. Dessa vez, o objetivo era reduzir o consumo interno, de modo a gerar excedentes com as exportações. Nessa nova estratégia, a política monetária era quem entrava em cena, e a sua principal via de atuação era a manutenção dos juros em patamares mais elevados, os quais atuavam sobre o Balanço de Pagamentos, tanto reduzindo o déficit em conta corrente como atraindo capital estrangeiro para financiar o déficit comercial existente, buscando eliminá-lo a longo prazo (HERMANN, 2011).

A partir de 1980 o principal problema a ser enfrentado pela economia brasileira foi combater os altos níveis de inflação. Apesar dela já vir acelerando desde meados da década de 1970, sua tendência se acentuou a partir do advento do segundo choque do petróleo, a elevação da taxa de juros nominal e real e a recessão nos Estados Unidos. Isso porque nesse período, a inflação que antes apresentava apenas um caráter inercial, começou a aumentar por patamares, chegando a ameaçar se tornar explosiva em determinados momentos (LACERDA *et al.*, 2010).

Devido à implementação de uma política econômica equivocada, a inflação anual brasileira subiu do patamar de 40% para 100%, nos anos de 1980, 1981 e 1982, subindo para a média de 200% em 1983, apesar das políticas ortodoxas impostas formalmente sob a supervisão do FMI, e estabilizando-se inercialmente nesse último nível até o final de 1985 (LACERDA *et al.*, 2010). A partir de 1985 o Brasil passou a conviver com um descontrole inflacionário que desestabilizava e estagnava qualquer tentativa de crescimento econômico (ABREU, 1990 *apud* OMETTO *et al.* 1995).

5. Conclusão

Devido à forte dependência do petróleo, quando ocorreu o primeiro choque, em 1963, muitos países, principalmente, aqueles em desenvolvimento, começaram a apresentar queda da atividade econômica, dificuldades em acumular receitas de exportação, déficits comerciais, desequilíbrios na balança comercial e aceleração da inflação, problemas que se agravaram com o segundo choque.

XXI Semana de Iniciação Científica da URCA

05 a 09 de novembro de 2018

Universidade Regional do Cariri

Para diminuir dependência externa o Governo do general Geisel propôs ajuste estrutural da economia, criando o II PND. Mas, o Plano não chegou a apresentar resultados concretos que permitissem a nossa economia se recuperar dos efeitos dos dois choques. Além disso, para manter o PIB crescendo, o País teve de aumentar a sua dívida externa e a dependência em relação ao mercado crédito internacional, além de abrir mão de certos controles inflacionários.

Após o segundo choque e a elevação imediata das taxas de juros nos países industrializados, o Brasil passou a conviver com patamares altíssimos de inflação, sempre apresentando tendência de crescimento. Para amenizar os efeitos dessa crise e continuar crescendo economicamente, o País acabou tendo de recorrer a empréstimos externos, se tornando um dos maiores devedores diante do sistema bancário internacional.

Conclui-se com esse trabalho que o maior desafio enfrentado pela economia brasileira foi tentar manter os altos níveis de crescimento do milagre com níveis altíssimos de inflação. Na década de 1980, isso já não foi muito observado, pois, depois que ocorreram os dois choques do petróleo, o combate aos altos índices inflacionários esteve acima da maioria das políticas de crescimento.

6. Referências

GIAMBIAGI, F. *et al.* **Economia brasileira contemporânea** [recurso eletrônico]: 1945-2010 / [Fabio Giambiagi, *et al.*, (org.)] – Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. Editora Atlas S. A., 6ª edição, São Paulo, 2008. Disponível em:

<https://www.google.com/search?ei=yUkiW5_cDcinwASTIivYDA&q=GIL%2C+A.+C.+M%C3%A9todos+e+T%C3%A9cnicas+de+Pesquisa+Social.+Editora+Atlas+S.+A.%2C+6%C2%AA+edi%C3%A7%C3%A3o%2C+S%C3%A3o+Paulo%2C+2008&oq=GIL%2C+A.+C.+M%C3%A9todos+e+T%C3%A9cnicas+de+Pesquisa+Social.+Editora+Atlas+S.+A.%2C+6%C2%AA+edi%C3%A7%C3%A3o%2C+S%C3%A3o+Paulo%2C+2008&gs_l=psy-ab.3...8554.8554.0.10564.1.1.0.0.0.213.213.2-1.1.0....0...1c.1.64.psy-ab..0.0.0....0.s8mQnh8orVQ>. Acesso em: 14 de Maio de 2018.

LACERDA, A. C. de. *et al.* **Economia Brasileira**. São Paulo: Saraiva, ed. 4, 2010.

MELO, I. E. de. **As Crises Do Petróleo e Seus Impactos Sobre a Inflação do Brasil**. 35 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Economias) Pontifícia Universidade Católica Rio de Janeiro, novembro de 2008. Disponível em:

<<https://www.google.com.br/search?q=As+Crises+Do+Petr%C3%B3leo+e+Seus+Impactos+Sobre+a+Infla%C3%A7%C3%A3o+do+Brasil&oq=As+Crises+Do+Petr%C3%B3leo+e+Seus+Impactos+Sobre+a+Infla%C3%A7%C3%A3o+do+Brasil&aqs=chrome..69i57.1760j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8#>> Acesso em: 22 de novembro de 2017.

OMETTO, A. M. H.; FURTUOSO, M. C. O.; Silva, M. V. da. **Reflexões sobre o cenário econômico brasileiro na década de 90**. Disponível em:

<<http://www.scielo.org/pdf/rsp/v29n5/11.pdf>> Acesso em: 16 de Nov. de 2017.